



ACÓRDÃO Nº1033/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10724/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Atalaia do Norte
- 4- **Exercício:** 2014
- 5- **Responsáveis:** Rafael Perez Quirino, Presidente
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI E DICOP
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6385/2016-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 8- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Poder Legislativo dos Municípios do Interior . Câmara Municipal de Atalaia do Norte. Exercício de 2014.

Irregularidade. Multa. Concessão de Prazo. Determinação. Determinação. Notificação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Atalaia do Norte, referente ao exercício financeiro de 2014, de responsabilidade do Gestor, ordenador de despesa, **Sr. Rafael Perez Quirino**, conforme o art. 22, inciso III, alínea “b” c/c art. 25, da Lei n.º 2.423/96-LO/TCE, considerando as ocorrências das restrições sobreditas e não sanadas desta instrução;
- 9.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Rafael Perez Quirino**, Presidente da Câmara Municipal de Novo Aripuanã, exercício de 2014, com fulcro no artigo 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c artigo 308, VI da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, **no valor de R\$ 15.000,00**, em face do disposto nos itens 24/27, 28/33, 36, 38/39; 42/48; 50/52 e 53/55, deste Voto. O valor deve ser recolhido na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 9.3. **Conceder** ao Sr. Rafael Perez Quirino **o prazo de 30 (trinta) dias** para o recolhimento da **multa no montante de R\$ 15.000,00** (quinze mil reais) aos cofres da Fazenda Estadual, com comprovação perante este



ACÓRDÃO Nº1033/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Tribunal, nos termos do art. 72, III da Lei nº 2423/96 c/c o art. 169, I do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução nº 04/2002), autorizando a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa e instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, *ex vi* o art.173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

9.4. Determinar à Câmara Municipal de Atalaia do Norte:

- a) Que adote as providências cabíveis para aprimorar e garantir mais efetividade no cumprimento dos artigos 31 e 74, da CF/88 e art. 76, da Lei nº 4.320/64;
- b) Que cumpra o disposto no art. 94 e 96 da Lei nº 4.320/64;
- c) Que cumpra as exigências da Lei nº 8.666/93, especificamente quanto hipótese excepcional de contratação de serviços advocatícios por inexigibilidade de licitação;
- d) Que adote medidas para criar e efetivar um sistema de controle de frota, visto que as atividades de gestão e fiscalização são finalísticas da Administração, ou seja, dizem respeito à concretização de um múnus público, relacionado à boa administração da coisa pública;
- e) Que cumpra as disposições da Lei Complementar nº 123/2006;
- f) O cumprimento do art. 37, X, da CF/88; que alimente o SAP, atualize as fichas funcionais; cumpra o disposto no art. 4º, IV, Resolução TCE nº 04/2002;
- g) Que adote medidas cabíveis para regularizar a situação, visando impedir que atrasos decorrentes unicamente de falhas logísticas gerem prejuízos ao erário, principalmente quanto as despesas com serviços de energia elétrica;
- h) Que cumpra o disposto no art. 23, §5º, c/c art. 3º, ambos da Lei nº 8.666/93.

9.5. Determinar à próxima Comissão de Inspeção do TCE/AM que acrescente no Plano de Auditoria da Câmara Municipal de Atalaia do Norte às matérias trazidas como DETERMINAÇÃO à origem, para no caso de reincidência aplicar-se o disposto no art. 54, IV, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, IV, “b”, da Resolução nº 04/2002 TCE/AM;

9.6. Notificar o Sr. Rafael Perez Quirino, com cópia do Relatório/Voto, e o Acórdão para ciência do decisório e, para querendo, apresentar o devido recurso.



ACÓRDÃO Nº1033/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10- Ata: 44ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 16 de Dezembro de 2016

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral